

Messias Góis confirma verbas carimbadas

José Paulo Lacerda/AE



O deputado acusou o Executivo

Depoimento esclarece como se garantia destinação de recursos segundo interesse dos parlamentares

BRASÍLIA — O deputado Messias Góis (PFL-SE) desvendou ontem, durante depoimento à CPI do Orçamento, dois pontos que permaneciam obscuros entre as irregularidades investigadas: as chamadas verbas carimbadas e os pedidos de crédito suplementar do Executivo. Ele foi presidente da Comissão de Orçamento em 1992.

Segundo ele, as verbas carimbadas nascem durante a preparação do Orçamento no Executivo — sempre a pedido de parlamentares, que assim evitam apresentar emendas durante tramitação no Congresso.

“De 100, 70 não podem ser modificadas”, explicou Messias Góis. Ele citou como exemplo o Orçamento do Ministério do Bem-Estar Social de 1993, em que são consignadas verbas para obras de infra-estrutura e saneamento para milhares de municípios, sem a possibilidade de emendas. “O dinheiro da Fundação Nacional de Saúde também é todo à base de verba carimbada”, revelou.

Messias Góis também ajudou a esclarecer a questão das verbas suplementares, cujo pedido não pode ser modificado — ou é aprovado pelo Congresso sem discussão, ou é rejeitado. “É a maneira que o Executivo en-

controu para fugir das amarras do Parlamento”, argumentou.

Primeiro representante do Executivo a depor na CPI, o ex-secretário nacional de Saneamento Walter Annichino admitiu ontem que suas empresas participaram das licitações de pelo menos dois programas do governo. Nos últimos quatro anos sua movimentação bancária chegou a US\$ 1,3 milhão apesar de ter renda

mensal inferior a US\$ 1 mil. Annichino justificou seus rendimentos como provenientes da participação nos lucros das empresas Stengel e Vima, das quais era sócio antes de assumir o cargo no governo Collor.

ANICHINO
TAMBÉM FOI
OUVIDO NA
COMISSÃO